



## A ESCRITA DAS MARGENS: OS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO EXERCÍCIO DE RESISTÊNCIA EPISTÊMICA

*Stefanie de Almeida Macedo<sup>1</sup>*

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Psicologia,  
Departamento de Psicologia, Fortaleza, CE, Brasil.*

*Maria da Conceição Gomes da Silva<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Psicologia,  
Departamento de Psicologia, Fortaleza, CE, Brasil.*

*Tatiana de Souza Santos Neves<sup>3</sup>*

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Psicologia,  
Departamento de Psicologia, Fortaleza, CE, Brasil.*

**Resumo:** A partir da análise dos diários de Carolina Maria de Jesus, encontramos em suas palavras a tessitura de uma resistência às diversas formas de opressão que perpassam seu cotidiano de forma interseccionada. Para a compreensão da escrita carolineana, acreditamos que as lentes da interseccionalidade como teoria social crítica proposta por Patricia Hill Collins, os estudos sobre branquitude de Cida Bento, o feminismo chicano de Gloria Anzaldúa, o feminismo negro de Lelia Gonzalez, a noção de dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro e o feminismo decolonial de María Lugones são aportes teóricos que nos auxiliam na leitura de Carolina Maria de Jesus como uma narradora crítica da realidade brasileira, que traz em seus diários uma resistência ao processo histórico de epistemicídio que marca as sociedades coloniais.

**Palavras-Chave:** Psicologia Social; Epistemicídio; Interseccionalidade; Escrivência; Narrativa

---

<sup>1</sup>Psicóloga (SESAB). Doutoranda e Mestra em Psicologia (UFC). Graduada em Psicologia (UEFS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt) e membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). E-mail: [stefanieamacedo@gmail.com](mailto:stefanieamacedo@gmail.com) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6255-2957>.

<sup>2</sup>Mestra e Doutoranda em Psicologia (UFC), Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. E-mail: [ceicagomesead@gmail.com](mailto:ceicagomesead@gmail.com) e ORCID: 0000 000316672891.

<sup>3</sup>Psicanalista, Mestra e Doutoranda em Psicologia (UFC); Graduada em Serviço Social (Ucsal) e em Psicologia (UNIFOR). Membro do Laboratório PARALAXE - Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. E-mail: [tatianasouzapsi2019@gmail.com](mailto:tatianasouzapsi2019@gmail.com) e ORCID: 0000-0002-3374-7827.



## THE WRITING OF THE MARGINS: THE DIARIES OF CAROLINA MARIA DE JESUS AS AN EXERCISE IN EPISTEMIC RESISTANCE

**Abstract:** From the analysis of Carolina Maria de Jesus's diaries, we find in her words the fabric of resistance to various forms of intersecting oppression in her daily life. To comprehend Carolina's writing, we believe that the lenses of intersectionality, a critical social theory proposed by Patricia Hill Collins, the studies on whiteness by Cida Bento, Chicana feminism by Gloria Anzaldúa, black feminism by Lelia Gonzalez, the notion of raciality dispositif by Sueli Carneiro, and decolonial feminism by María Lugones, all serve as theoretical contributions that aid us in reading Carolina Maria de Jesus as a critical narrator of Brazilian reality. Her diaries manifest resistance to the historical process of epistemicide that marks colonial societies.

**Keywords:** Social Psychology; Epistemicide; Intersectionality; Self-writing;

## LA ESCRITURA DE LOS MÁRGENES: LOS DIARIOS DE CAROLINA MARÍA DE JESÚS COMO EJERCICIO DE RESISTENCIA EPISTÉMICA

**Resumen:** A través del análisis de los diarios de Carolina Maria de Jesus, encontramos en sus palabras la trama de una resistencia a las diversas formas de opresión que atraviesan su cotidiano de manera interseccional. Para la comprensión de la escritura caroliniana, creemos que las lentes de la interseccionalidad como teoría social crítica propuesta por Patricia Hill Collins, los estudios sobre blanquitud de Cida Bento, el feminismo chicano de Gloria Anzaldúa, el feminismo negro de Lelia Gonzalez, la noción de dispositivo de racialidad de Sueli Carneiro y el feminismo decolonial de María Lugones son aportes teóricos que nos ayudan en la lectura de Carolina Maria de Jesus como una narradora crítica de la realidad brasileña, que presenta en sus diarios una resistencia al proceso histórico de epistemicidio que marca a las sociedades coloniales.

Resumo Em Espanhol, Times New Roman 12, Espaçamento Simples, Justificado

**Palabras-clave:** Psicología Social; Epistemicidio; Interseccionalidad; Escritura de sí misma; Narrativa

## L'ÉCRITURE DES MARGES: LES JOURNAUX INTIMES DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMME EXERCICE DE RÉSISTANCE ÉPISTÉMIQUE

**Résumé:** À travers l'analyse des journaux de Carolina Maria de Jesus, nous découvrons dans ses mots la trame d'une résistance face aux diverses formes d'oppression qui imprègnent son quotidien de manière intersectionnelle. Pour la compréhension de l'écriture carolinienne, nous croyons que les lentilles de l'intersectionnalité en tant que théorie sociale critique proposée par Patricia Hill Collins, les études sur la blanchité de Cida Bento, le féminisme chicano de Gloria Anzaldúa, le féminisme noir de Lelia Gonzalez, la notion de dispositif de racialité de Sueli Carneiro et le féminisme décolonial de María Lugones sont des contributions théoriques qui nous aident à lire Carolina Maria de Jesus comme une narratrice critique de la réalité brésilienne, qui manifeste dans ses journaux une résistance au processus historique d'épistémicide qui marque les sociétés coloniales.

**Mots-clés:** Psychologie Sociale; Épistémicide; Intersectionnalité; Écriture de soi; Récit



## INTRODUÇÃO

*Fiquei sabendo que sou poetisa. Pensei: agora eu sei o nome de minha enfermidade. Sou poetisa. O que achei interessante as pessoas que desprezavam passaram a tratar-me de: Dona Carolina! As vezes eu ia ao espelho. Fitava o meu rosto negro e os meus dentes nívios. Achava o meu rosto bonito! A minha cor preta. E ficava alegre de ser preta. Pensava: o melhor presente que Deus deu-me. A minha pele escura. Como é bom ser preta!*  
(JESUS, 2021, p. 282)

Narrando seu cotidiano em papéis de pão catados pelas ruas de São Paulo e vivendo às margens da grande metrópole, em seu quarto de despejo, Carolina Maria de Jesus (1914-1977) teceu algumas das críticas sociais mais cruas e fiéis sobre a desigual realidade brasileira. Nelas, expressou de forma direta as consequências do racismo, do machismo, da fome, e encontrou eco para suas reflexões ao ter seus escritos publicados e difundidos mundialmente. Entretanto, mesmo após ter encontrado lugar como um “fenômeno da literatura”, ou justamente por tê-lo encontrado, contrariando o percurso natural previsto pelo racismo, Carolina se confrontou com a negação deste lugar e com os questionamentos constantes em torno da sua posição como escritora e, porque não, como crítica da sociedade. A permanência dos vestígios da colonização, notadamente nas relações raciais estabelecidas sob uma lógica de genocídio não somente físico, mas também psíquico e intelectual, tendo no epistemicídio uma de suas expressões, nos faz antever na produção e na relação de Carolina com a literatura a manifestação dessa demarcação de quem pode ou não, e como, ocupar o espaço do conhecimento em nossa sociedade.

O não reconhecimento de determinados grupos como produtores de conhecimento e a hierarquização racial dos saberes são algumas das formas pelas quais operam o epistemicídio, processo contra o qual Carolina resistiu e insurgiu, ainda que não tenha nomeado o fenômeno pelo qual passou. Sua determinação e persistência não passaram despercebidas aos olhos do jornalista Audálio Dantas, que à época do encontro com Carolina, investigava a expansão da favela do Canindé na capital paulista.



Sobre o encontro, Audálio escreve: “A história da favela que eu buscava estava em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela” (DANTAS, 2019, n.p.). Para compreensão destas manifestações na obra carolineana, acreditamos que as lentes da interseccionalidade enquanto teoria social crítica como proposto por Patricia Hill Collins (2019; 2022), o feminismo chicano de Gloria Anzaldúa (1987; 2022), o feminismo negro de Lelia Gonzalez (2018), a noção de dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro (2023), os estudos sobre branquitude de Cida Bento (2022) e o feminismo decolonial de María Lugones (2014) são aportes teóricos que nos auxiliam na leitura de Carolina Maria de Jesus como uma narradora crítica da realidade brasileira, que traz em seus diários a possibilidade de construção de uma resistência epistêmica à medida que constrói sua identidade e seu trabalho enquanto escritora. Tendo como objetivo dialogar com a narrativa carolineana a partir de lentes interseccionais e decoloniais, destacamos o trabalho de escrita e publicação de seus diários como um esforço de resistência epistêmica, forjada no anseio de manifestação dos sentimentos de injustiça que compõem a experiência de vida às margens da sociedade.

Para isso, organizamos o texto de modo a compreender 1) a forma como o processo de epistemicídio se organiza a partir de uma lógica de colonialidade, especificamente da colonialidade do saber e, no caso do nosso recorte textual, também da colonialidade de gênero; 2) a relação dessa colonialidade com a constituição do epistemicídio como parte do dispositivo de racialidade que opera na realidade brasileira e; 3) a resistência epistêmica e, também; 4) a construção da identidade a partir do lugar de fronteira e da margem como contrapostos ao processo histórico de epistemicídio, como vemos nos escritos de Carolina Maria de Jesus e, também, na proposição de escrevivência por Conceição Evaristo. Como lembra Gloria Anzaldúa (2022, p. 82), em resposta a este violento processo de epistemicídio: “nós mulheres de cor temos que parar de ser medusas modernas – gargantas cortadas, silenciadas em mero sibilar”.

### A QUESTÃO DA COLONIALIDADE



Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, em Minas Gerais. O ano, segundo ela mesma, não se sabe ao certo: “No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914” (JESUS, 2014, p. 123). Não possuía certidão de nascimento, assim como muitos negros. Um dia, ensinaram a ler à menina que, desde muito cedo, questionava tudo e odiava as injustiças que havia no mundo. Mundo que ela denunciou através de seus escritos.

“Os pobres moravam num terreno da Câmara: O Patrimônio. Não tinha água [...] Nós morávamos num terreno que o vovô comprou [...] o preço foi cinquenta mil réis [...] a nossa casinha era recoberta de sapé. As paredes eram de adobe cobertas com capim” (JESUS, 2014, p. 13). Assim se inicia o relato de Carolina em *Diário de Bitita*, livro em que narrou o Brasil a partir das experiências vividas em sua infância de menina preta e pobre. A infância de Bitita transcorreu entre a pobreza e a descoberta do mundo e, em suas memórias, entremeia trechos da História do Brasil nos anos que sucederam a abolição da escravidão e a independência política, época da imigração de italianos para a trabalhar nas lavouras de café: os colonos brancos, trazidos para o Brasil com o incentivo do governo, numa política migratória cujo objetivo

foi o desaparecimento do negro através da “salvação” do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX [...]. As leis de imigração foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira (NASCIMENTO, 2016, p. 86).

Os governantes do Brasil queriam experimentar aqui a receita do francês Arthur de Gobineau que visava fortalecer a europa com o sangue branco, pois julgava-se o sangue negro fraco e inferior.. A previsão do francês era que em dois séculos a raça negra desapareceria por completo (NASCIMENTO, 2016). A ideia do genocídio do negro era mascarada com a falácia de que as migrações de povos europeus fariam crescer a economia. Carolina, em suas memórias, relata: “O senhor Nogueira dizia: - Eles tiraram o São Benedito da lavoura e colocaram o São Genário. É a mania do brasileiro, tem o remédio no país, mas preferem importar da Europa” (JESUS, 2014, p. 30). O que está evidente aqui são elementos de colonialidade que passam pela



desvalorização do negro como força de trabalho remunerado e a contínua dependência do Brasil em relação aos países colonizadores.

A colonização do Brasil e de outras terras latino-americanas, para além da exploração comercial e da dominação política, criou um mundo fragmentado, organizado “ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis” (LUGONES, 2014, p. 935). A lógica estabelecida pelos colonizadores, impunha que todos os aspectos da vida do colonizado estivesse condicionada para que o poder imposto não fosse questionado. Um dos primeiros marcadores de diferença estabelecido a partir do advento da Modernidade e sua consequente empreitada colonizadora, foi o estabelecimento da raça como diferenciador entre os grupos humanos (ALMEIDA, 2019). E se o termo raça até o século XVI só era aplicado ao ato de estabelecer classificações entre animais, a partir da Modernidade, passa a marcar a diferenciação entre seres humanos, conforme aponta Almeida (2019):

Se antes desse período, ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizente com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (p. 18, grifos do autor).

Esse processo de diferenciação levou à supervalorização de tudo que era oriundo da metrópole e ao apagamento das experiências dos nativos das colônias e dos povos sequestrados da África e escravizados além-mar.

Nesse sentido, várias formas de controle atuaram para que, mesmo havendo o rompimento da subordinação política das colônias à Europa, ou seja da colonização formal, e da abolição da escravidão, seus efeitos ficassem impressos nos ex-colonizados e ex-escravizados, de forma a mantê-los subordinados e inferiorizados. A esses efeitos deu-se o nome de colonialidade: “a lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36). A colonialidade então foi classificada como: colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), do saber (MIGNOLO, 2008), do ser (MALDONADO-TORRES, 2019) e de gênero (LUGONES, 2014).



A *colonialidade do poder* remete ao que foi dito anteriormente de que a raça foi o primeiro marcador de diferenciação que a Modernidade nos legou: “A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América [...]. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2005, p. 117). Esses foram inferiorizados com vistas à exploração e os europeus “chamaram a si de brancos” (QUIJANO, 2005, p. 118), elaborando a ideia da existência de uma raça superior, branca, européia que sedimentou a *colonialidade do saber* (MIGNOLO, 2008), ou seja, a subordinação às epistemes eurocêntricas e o apagamento total do conhecimento produzido pelos colonizados, considerados inferiores e primitivos, em oposição ao europeu branco e civilizado. A *colonialidade de gênero*, oriunda dos estudos feministas, reflete sobre o marcador gênero ao pensar a decolonialidade, visto que a invasão européia e a imposição da doutrina cristã aos nativos e escravizados veio com o legado do patriarcalismo europeu com sua marca de inferiorização da condição feminina: um objeto subserviente e desvalorizado à mercê dos caprichos masculinos (LUGONES, 2014).

Carolina Maria de Jesus, em sua sensibilidade, percebeu bem cedo a diferença entre homens e mulheres e em memórias da infância, recorda as tantas vezes que quis virar homem: “Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos, mamãe! Faça eu ser homem!” (JESUS, 2014, p. 16). Para a menina, ser homem significava ter força e coragem, “ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar” (JESUS, 2014, p. 17). Carolina em sua genialidade, já pensava sobre a colonialidade do gênero e todas as asperezas que isso traria para sua vida. Assim, para além do genocídio negro, ocorreu também o apagamento do conhecimento dos colonizados e escravizados retratando o epistemicídio que, por sua vez, se revela ainda mais devastador quando se trata da escrita de mulheres negras.

### A QUESTÃO DO EPISTEMICÍDIO

A análise sobre as questões que envolvem o processo histórico de epistemicídio lançado sobre determinadas pessoas e grupos em nosso país, tal como quaisquer outras



formas de opressão e dominação, demanda um esforço compreensivo sobre os elementos sociais estruturais que as sustentam. Assim, destacamos o papel pernicioso do racismo e do sexismo como elementos fundamentais no entendimento sobre as tramas que envolvem as produções e reprodução de saberes em nossa sociedade (GONZALEZ, 2020a; CARNEIRO, 2019a)

Falamos sobre uma multidão de vozes que, pela sua condição de cor e de gênero, seguem historicamente silenciadas e desconsideradas enquanto fundamentais na construção da memória e história brasileiras. Um processo de invisibilização contumaz sobre os saberes produzidos pelas pessoas negras e seus movimentos de forma mais geral, e pelas mulheres negras, intelectuais, ativistas e cuidadoras, de forma mais particular. Que não diz apenas de uma recusa sobre a legitimidade dos saberes negros, mas, antes, sobre a própria desconfiança da sua capacidade de análise e reflexão sobre o mundo. O negro, cuja natureza infantilizada e passiva, lhe colocava em posição de total aceitação à sua condição de escravo (GONZALEZ, 2020b).

Neusa Santos (2002), ao traçar um panorama sobre a construção do *ser negro*, o situa enquanto um produto do imaginário racista europeu, cuja medida de homem, a partir das ideias sedimentadas pelo Iluminismo, viriam a colocá-lo enquanto referência de moral e racionalidade. Raça branca europeia superior e naturalmente dominante, cuja missão era tirar as raças inferiores, dentre elas a raça negra, da primazia do pensamento imaginário e do comportamento sensual, típicos das raças desprovidas de inteligência e de pensamento racional.

Cida Bento (2022), ao desenvolver seus estudos sobre os aspectos referentes às relações de poder nas organizações, apontam mais uma herança do colonialismo, qual seja, a manutenção de pessoas brancas, nos lugares de maior destaque nas empresas em detrimento das pessoas negras, sempre relacionadas às funções de maior subalternidade. Para Bento (2022), essa é mais uma das muitas reverberações da branquitude, um sistema de organização social que hierarquiza as relações de dominação e firmam um pacto cujo resultado (re)produz privilégios e ascensão social às pessoas brancas de um lado e de outro a exclusão e o rebaixamento de pessoas negras de outro.

No que se refere a mulher negra, segue impregnado na cultura brasileira a figura da “antemusa”, a naturalmente subserviente e submissa, a empregada cuidadora “quase

da família”, a mãe preta do Brasil (GONZALEZ, 2020b; CARNEIRO, 2019a). Exótica, provocante, sensual e animalesca da casa grande, aquelas de quem os senhores não podiam escapar devido à sua natureza irresistível. Argumento perversamente construído no sentido de escamotear os processos de violência sistemática sofridas pelas escravizadas, tanto no eito (plantação onde trabalhavam os escravos) quanto na casa grande (CARNEIRO, 2019b; NASCIMENTO, 2021c), reduzidas à condição de objeto, e portanto, destituídas do direito ao consentimento (HARTMAN, 2022). E ainda, a mulher negra vista em todo seu potencial no que tange a capacidade reprodutiva, fornecedora de mão de obra tanto valiosa quanto descartável do tráfico negro (NASCIMENTO, 2021c)

Desse modo, temos impregnado em nossa cultura, desde o advento da escravização, uma plêiade de estereótipos racistas que historicamente capturam o negro e a negra em lugares pressupostos de subserviências, infantilidade e incapacidade intelectual (GONZALEZ, 2020b), cujas reverberações produzem as mais diversas formas de violência física e subjetiva, da qual não se desvincula sem esforço diário, tão exaustivo quanto necessário, de desconstrução de si, rumo ao processo de tornar-se negro/negra, por parte das pessoas negras, quanto de desconstrução e reconstrução social a partir de outras formas de valorização e reconhecimento social (SOUZA, 1983).

Está posto então o desafio: como reconhecer a produção intelectual de negros e, particularmente das mulheres negras, como intérpretes e continuadores de uma trabalho de memória nacional? Como considerar as contribuições intelectuais de sujeitos que seguem no imaginário brasileiro, fixados nos estereótipos do infantil, do irracional e o do lascivo? Como reconhecer os saberes de quem se despreza e a quem se quer violentar? Essa tem sido uma batalha há muito tempo empreendida pelas e pelos intelectuais negros desse país, cuja trajetória de luta segue resistente, em que pese as tentativas históricas de silenciamento de suas vozes.

Um dos relatos mais contundentes de Carolina acerca do violento processo de negação de suas vontades na escrita demonstra a execução do projeto de dominação e administração do outro que se coloca por meio da branquitude do conhecimento, a qual desvalida recorrentemente o saber do negro



Preciso preparar o livro para setembro. O último livro que vou escrever. Porque eu estou com nojo de literatura. Por causa dos desgraçados que quer expoliar-me. Não suporto os velhacos. Eu ando tão nervosa que vou acabar num hospício. Eu não enlouqueci na favela no meio dos incultos. Mas, vou enlouquecer na casa de alvenaria. No quarto de despejo que é a favela, eu estava no inferno. Na casa de alvenaria que é a cidade, eu estou no inferno (JESUS, 2021, p. 136).

O processo de espoliação é descrito de forma ainda mais contundente alguns dias depois, quando relata a transição do quarto de despejo para a casa de alvenaria sem a mudança em relação à sua tão desejada liberdade. Isso porque, apesar do privilégio adquirido com o status de escritora, houve o transpassamento de fronteiras que trouxeram questionamentos constantes e novas formas de experimentar a opressão já conhecida:

Quando eu estava na favela usava os trages da alegria. Sonhava: eu hei de ser feliz, na casa de alvenaria. Agora que estou na casa de alvenaria uso os trages tristes, trages negros. A cor que simboliza tristeza. Meu deus! Será que o Audálio não compreende que estou cansada!

Dá a impressão que sou sua escrava. Ela anula os meus ideais. Todos escrevem romances e dramas e ele quer obrigar-me a escrever Diário. Um dia ele disse-me que quer fazer o povo tomar medo de mim. Porque?

Isto é maldade. Cheguei a conclusão que os pretos não devem aspirar nada na vida. - O mundo não é para os pretos. Nós os pretos somos capachos que eles pizam e nos esmagam. Quando o preto grita igualdade eles põe mordaça. (JESUS, 2021, p. 223)

Dentro desse jogo de constante invalidação, vemos as facetas do epistemicídio não só em atuação, como sendo narradas de forma evidente por uma autora que vivencia e compreende as amarras dessa perversa ação em conformidade com o racismo socialmente estruturado em nosso país. Dessa forma, percebemos como o próprio conhecimento de Carolina acerca não apenas de sua condição, mas da condição de toda sua raça e classe, acaba por ser utilizado contra ela. Como nos lembra Collins (2019, p. 32), “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização”.



Vou escrever só esta tal Casa de Alvenaria depois vou dessistir de literatura. Varias pessôas perçebeu que o Audalio colocou-me num élo. Ate as minhas cartas ele abre. Isto é ousadia. Isto é falta de iducação. Começo a desgostar. Quando o branco auxiliar o preto transforma o desgraçado em escravo.

[...] Eu destaquei porque o meu ramo é o coletivo. Enriqueçe os brancos. Eu classifico minha vida assim. O meu livro é um frango, O editor come o pêito. Os livreiros a côxa. E eu os pés e o pescôso. Mas eu não tenho ambição. Escrevo por ideal. O livro, é o adorno de minh'alma (JESUS, 2021, p. 164).

Gonzalez (2020c) nos adverte sobre o processo de esquecimento ativo da história do Brasil, pontuada pelas experiências de humilhação, sofrimento, exploração de brasileiras e brasileiros negros, e mais ainda, sobre essa cisão na identidade nacional, sustentada a partir do próprio etnocídio. O escamoteamento nos discursos que produzem uma retórica na qual a resistência e a luta produzidas pelos negros e negras cativos, pelos movimentos negros e pelas mulheres negras, desaparecem, bem como suas construções teóricas, suas produções acadêmicas e suas contribuições tanto intelectuais e militantes, tanto nas academias quanto nos movimentos sociais.

É essa miopia seletiva que faz com que possamos facilmente versar sobre assuntos de interesse nacional, a exemplo da construção da nossa frágil democracia e dos homens e mulheres que historicamente contribuíram para o nosso crescimento enquanto nação, sem mencionarmos os quilombos, a exemplo dos Palmares. Agrupamento que não acolhia apenas a negros e negras, mas também homens brancos e pobres: um sonho de criação de uma sociedade forjada em princípios democráticos e igualitários. Um coletivo de caráter libertário e de afirmação racial e cultural, porém quase sempre retratado na história do Brasil como um conglomerado perigoso, posto que se apresenta em posição de ataque à ordem social (NASCIMENTO, 2021a; 2021b).

Lélia Gonzalez (2020c) nos traz outro exemplo do processo de epistemicídio, do apagamento das influências dos saberes de homens e mulheres negras, na herança linguística da sociedade brasileira. E, se compreendemos a linguagem enquanto fator de humanização e entrada na cultura, estamos falando, fundamentalmente, segundo a autora, sobre o legado negro e seu papel fundamental na retirada da nação emergente da condição de bárbara para o resto do mundo. E nesse sentido, não podemos falar sobre

processo de humanização em terras brasileiras, sem considerar as palavras, as histórias e as vozes negras.

Do mesmo modo, observamos o apagamento de personagens negras importantes como Dandara e sua luta por liberdade junto ao Quilombo dos Palmares, Tia Ciata no samba de roda como espaço de ativismo e resistência política e Luísa Mahin cujos quitutes representavam alimento e fonte importante de comunicação entre os da resistência, assim como no trabalho educativo desempenhado pelas mães de terreiros, lideranças comunitárias, cientistas e educadoras (ARRAES, 2017). Mulheres e seus saberes tornados inaudíveis pela máscara do silenciamento, produtora e reprodutora de invisibilidade epistêmica (KILOMBA, 2019). Máscara violentadora de vozes, que seguem historicamente silenciadas e deslegitimadas (RIBEIRO, 2019). Presas em uma retórica racista que aprisiona as experiências de mulheres negras em um *looping* de história única (ADICHIE, 2019).

### A RESISTÊNCIA EPISTÊMICA

A despeito do processo constante de silenciamento, Carolina ecoou sua voz no mundo e, como ela mesma relata sobre este processo em seu *Casa de Alvenaria*: “Os escritores de Academia não quer considerar-me escritora. Mas, o povo quer. Então, eu não impreciono-me com a fraquíssima opinião dos escritores de Academia!” (JESUS, 2021, p. 55). Para além da rejeição de sua consideração como escritora, nos círculos em que era reconhecida como tal, esse reconhecimento estava condicionado à submissão a uma forma de escrita restrita aos diários, à descrição como o relato exótico de uma mulher favelada e reduzida aos clichês, tendo seu romance recebido restrições das mais diversas (ARAÚJO; PRANDINI, 2022). Mesmo obtendo todo sucesso que alcançou e sendo reconhecida como tal pelo público, a obra de Carolina enfrentou barreiras e censuras das mais diversas, demonstrando como o caminho percorrido por aquelas que trazem consigo as marcas da diferença operada por aquele que se intitula como Ser é muito mais árduo. Nesse caminho, há uma perda incomensurável dos olhares diversos que poderiam ser considerados não fossem as amarras do preconceito.

O silenciamento e a autocensura andam de mãos dadas – pessoas que são repetidamente ignoradas aprendem logo as proteções da aparente



aquiescência. Mesmo porque ideias não são compartilhadas livremente, essas práticas prejudicam a qualidade do próprio conhecimento e fomentam a ignorância entre integrantes do grupo dominante sobre o que integrantes de grupos subordinados de fato pensam. Essas comunidades “silenciam” vozes dissidentes e, ao fazer isso, “sufocam” suas boas ideias” (COLLINS, 2022, p. 192).

Frente à constante negação do seu lugar como escritora, Carolina se deparou com a necessidade de acreditar na sua voz para tornar-se uma narradora das condições que experimentava, vendo a si mesma como uma voz para as imagens que atravessavam o seu cotidiano. Como parte do esforço de escrita a partir das margens, a despeito de todo movimento de silenciamento e aquietamento que ocorre na sociedade, é preciso ratificar como essa produção se impõe enquanto parte de um exercício de resistência epistêmica, como nos lembra Collins (2022).

A partir das reflexões até aqui levantadas, compreendemos que o combate ao epistemicídio precisa ser muito mais do que observar e problematizar as escolhas teóricas e metodológicas nas quais apoiamos os nossos estudos e pesquisas. Trata-se, antes de mais nada, de uma escolha e uma implicação ética diante das escolhas que fazemos ao longo de nossa trajetória pessoal e profissional. Escolhas que vão desde referenciar autores e, sobretudo, autoras negras, cujas construções teóricas nem sempre alcançam os lugares de destaque na academia, até problematizar a ausência de autores negros/negras e não brancos em discussões de temas de interesse e relevância no cenário nacional.

Evaristo (2009) defende a existência de uma construção literária negra, conformada subjetivamente, a partir das elaborações e experiências de homens e mulheres negras, em que pese as negativas dos que insistem em colocar a literatura, assim como as expressões artísticas no campo do saber universal. Assim, a autora defende não apenas a existência de uma literatura negra, mas de uma literatura de mulheres negras e aponta ainda as reações de dúvida e negação sobre a influências das vozes negras, que até podem ser consideradas em expressões artísticas como o samba, por exemplo, mas não na literatura, o que põe o campo literário como simbolicamente pertencente às elites nacionais (EVARISTO, 2009).

Em que pese as discussões sobre se a literatura tem ou não um traço de cor, Evaristo (2017a) relata sobre o momento em que chamaram a sua atenção para o fato de

que ela havia criado um novo conceito: *escrevivência*. A partir desse apontamento, a autora observa em retrospectiva que a marca fundamental dessa escrita remonta às mulheres africanas escravizadas em sua função de contar histórias para fazer adormecer os da casa grande e que seria a *escrevivência* essa escrita que acordaria os da casa grande de seus sonos injustos (EVARISTO, 2017a). Ratifica que a *escrevivência* representa uma escrita tanto individual quanto coletiva, sendo a sua essência a vivência de mulheres negras africanas e seus descendentes. As mulheres, nesse sentido, ocupam lugar central nessa escrita, que representa um projeto literário de resistência e confronto diante das representações racistas que enquadram a mulher negra em estereótipos de infantilidade, perigo iminente e hipersexualização. A *escrevivência* é a tentativa de restituição de humanidade do negro e da mulher negra pela literatura, sendo portanto uma ferramenta importante de resistência ativa contra o epistemicídio e ainda, na luta por uma produção de sentidos sobre o negro e a mulher negra maior e mais complexo, resistindo a captura tanto objetiva quanto subjetiva das tramas aprisionadoras de uma história única (ADICHIE, 2019).

Evaristo (2017a; 2017b) caracteriza a sua *escrevivência* como uma *ficção de memória*: reminiscências de uma oralidade que ecoa nas vozes das mulheres africanas escravizadas e suas descendentes, entre elas as mulheres negras com as quais cresceu. Em *Becos da memória*, descreve o livro como um movimento de escrita no qual ela teria ficcionalizado tanto lembranças como esquecimentos, experiências suas em convívio com os seus:

As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é alí que explode a invenção. Nesse sentido, venho afirmando: nada que está narrado em *Becos da Memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da Memória* é mentira (EVARISTO, 2017b, p.11).

Desse modo, entendemos que as vozes e a escrita de mulheres negras têm sido uma grande ferramenta na resistência ativa contra o *epistemicídio*, seja nos trabalhos de militância, nos terreiros e associações, seja nas rodas de conversas, pesquisas acadêmicas, nas artes e na literatura, sobre a qual nos detemos de forma mais particular

neste trabalho, tomando como escrita matriz os livros da escritora Carolina Maria de Jesus.

Como parte do esforço de escrita a partir das margens, a despeito de todo movimento de silenciamento e aquietamento que ocorre na sociedade, essa produção se impõe como parte de um exercício de resistência epistêmica:

Mulheres, pessoas *of color* e demais agentes sociais que trazem consigo a autoridade testemunhal da experiência (políticas identitárias) ou que citam projetos de conhecimento resistente como propiciadores de alternativas epistêmicas viáveis à opressão epistêmica aparentemente justa e imparcial (epistemologia do ponto de vista) enfrentam o silenciamento conforme normas de conduta epistêmicas estabelecidas (COLLINS, 2022, p. 201).

É interessante observar que, ao relatar a questão da autoridade testemunhal, um dos exemplos trazidos por Collins (2022) é justamente a escrita de Carolina em *Quarto de despejo*, junto a outras autoras, Elizabeth Burgos e Nawal El-Saadawi, que, como ela, trazem em suas autobiografias a possibilidade de construção de novos caminhos para o conhecimento, questionando e confrontando o que é colocado como canônico.

Frente a esse cenário, há uma premente necessidade de recuperação das ideias das mulheres negras, as quais, historicamente, foram colocadas como insuficientes ou inadequadas. Nas palavras da própria Carolina, essa negação encontra-se escancarada: “Tem pessoas que diz que eu não sou escritora. Quem escreve qualquer coisa é escritor. Mas eu não impressiono com estas fracas considerações” (JESUS, 202, p. 165). Com essa manifestação, nos recordamos do que Collins (2019) postula acerca da necessidade de desconstrução da ideia de quem é *intelectual*, considerando o fato de que nem todas as intelectuais negras que tão bem escreveram e descrevem as questões de gênero, raça e classe foram escolarizadas ou pertenceram ao meio acadêmico, mas, ainda assim, empreenderam uma luta intelectual autoconsciente da difusão das críticas ali contidas a partir de seus pontos de vista.

Se pensarmos o empreendimento de resistência epistêmica realizado por Carolina em sua autobiografia como um projeto de conhecimento resistente, percebemos o esforço realizado para a análise crítica da sociedade em seus próprios termos, com os elementos que tinha à mão para a construção da narração de sua vida



como uma arma de denúncia às condições de opressão. Como parte dessa empreitada, observamos a forma como a identidade de Carolina se molda nesse processo, sendo diretamente influenciada pela vida no quarto de despejo e, posteriormente, com as inúmeras contradições da casa de alvenaria, demonstrando como a catadora de papel de papel se transmuta em escritora, em poetisa, se autodefinindo como tal.

### A ESCRITA DAS MARGENS

A construção de si mesma a partir das margens, tanto das margens geográficas no Canindé quanto as da palavra, fez de Carolina uma exímia leitora da sociedade do seu tempo, se colocando como uma crítica da forma de vida capitalista que se impunha a partir da experiência das desigualdades de raça, classe e gênero que perpassavam sua existência de forma interseccionada seu cotidiano. A partir desse lugar de marginalidade, nos deparamos com duas facetas importantes que se constroem a partir desse espaço: a constituição da identidade a partir da fronteira e a possibilidade de autodefinição nesse lugar de margem.

As bordas são os espaços de segurança onde se distinguem nós e eles ou, como coloca Sueli Carneiro (2023), o espaço de definição do ser a partir da negação do ser do outro. Conforme definido pela feminista chicana Gloria Anzaldúa (1987), a margem é “um lugar vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional de um laço não natural. É um estado constante de transição. O proibido e o esquecido são seus habitantes”(p. 1). E, de alguma forma, foi nesse lugar fronteiro que Carolina construiu toda a sua trajetória, do quarto de despejo à casa de alvenaria, desafiando as diversas perspectivas míopes que não enxergavam esta realidade. Este lugar da margem se dá na resistência ao violento processo de colonização que segue se atualizando nas diversas colonialidades e mantendo as práticas de opressão que deslocam as certezas e a valorização de um contingente inteiro de sujeitos que são despojados da condição de humanidade.

Como parte do processo de epistemicídio e da demarcação da fronteira, a linguagem ocupa um lugar central, na qual um terrorismo linguístico opera em nome de um ideal fazendo com que a baixa estima linguística se transforme em uma baixa estima de si mesma. À linguagem está diretamente conectada a possibilidade de libertação, já



que “o ato de adquirir voz pela escrita, de romper o silêncio pela linguagem, leva-a a falar com os outros. Outras mulheres se libertaram pela fala” (COLLINS, 2019, p. 213). Como questiona Anzaldúa (1987): como é possível dizer que roubar a linguagem de alguém é menos violento do que a guerra? A autora destaca a vontade de vontade de usar a sua própria linguagem na produção de conhecimento e esta percepção nos conecta diretamente como o esforço de tradução da realidade realizado por Carolina que ousou não apenas escrever, mas fazê-lo a partir da linguagem que a conectava com a realidade que vivenciava, o que trouxe questionamentos não apenas no momento da sua primeira publicação, nos idos de 1960, mas ainda hoje nos debates que se tecem acerca da manutenção da linguagem que a autora imprime em seus diários.

Por um lado, defende-se que um processo de revisão e edição – que não permita a descaracterização da escrita de Carolina – seria um processo habitual, tal qual ao que se submete toda e qualquer obra literária e, também, que esta revisão se apresenta como um processo que corresponde aos anseios da própria escritora (FERNANDEZ, 2019). Por outro, defende-se a manutenção da sua escrita como nos originais por esta ser uma “forma peculiar de um discurso literário em que o processo da escrita precisa ser pensado para além do que a gramática, os dicionários, os livros escolares, os mestres da língua portuguesa, o sistema de ensino da língua e a escola permitem e oferecem” (EVARISTO; EUNICE, 2021, p. 12). Esta perspectiva, que se aproxima da que defendemos aqui, também considera a escrita de Carolina como uma expressão do pretuguês falado no Brasil, termo cunhado por Lélia Gonzalez para se referir aos traços dos povos africanos na língua portuguesa (DIAS, 2019).

Assim como Anzaldúa e uma série de outras mulheres negras, Carolina utilizou do racismo e dos sentimentos provocados por esta experiência de desrespeito e opressão como combustível para a escrita, mobilizando a si mesma e a sua indignação na construção de seus diários e de sua realidade. Como ela mesma nos lembra, já na casa de alvenaria: “Eu estou ansiosa para ver este livro, porque eu escrevi no auge do desespero. Tem pessoas que quando estão nervosas xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu *diário*.” (JESUS, 1961, p. 22). Carolina fez da fome o mote da denúncia do extremo da desigualdade e da espoliação. Como Anzaldúa (2000, p. 235, grifo da autora) nos afirma: “*mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de*



*experiências*”, fazendo coro à afirmação de Carolina de que “quando não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia” (JESUS, 2021, p. 35). Nessa escrita, Carolina foi inteira em palavra e existência:

Fico pensando, *eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita*. O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. *Nenhum assunto é muito trivial* (ANZALDÚA, 2000, p. 233, grifos da autora).

Para além do destaque às condições que foram combustível para a sua narração, percebemos que também Carolina reconhece reiteradamente as transformações que a escrita proporcionou em sua vida:

Eu... com os meus dois anos de grupo, escrevo estropiadamente, consegui enriquecer co o meu livro! O meu livro foi uma fada que transformou-me de gata borralheira a princesa! Levo uma vida de viludo. Os meus sonhos estão concretizando. - Eu desejava uma casa de alvenaria - consegui! Está suja, infestada de pulga, mas hei de limpa-la! - O que emociona-me é introduzir a chave na fechadura e abrir a pórta e sáber que a casa é minha! tem hora que eu tenho vontade de dar um grito extentoreo, para ser ouvido no Universo: - Viva o meu livro! Viva os meus dôis anos de grupo! E viva os livros! Porque é a coisa que eu mais gosto, depois de Deus (JESUS, 2021, p. 62).

Rompendo com uma histórica ausência das mulheres negras no espaço da escrita, Carolina Maria de Jesus tensionou as hierarquias de raça, gênero e classe, demonstrando seu potencial de opressão, mas também a resistência inversa. É importante, então, lembrar que a Carolina escritora é fruto maduro da insistente Carolina leitora que, com seus tão celebrados “dois anos de grupo” insistiu em enfrentar a impossibilidade do acesso, permanência e conclusão no sistema educacional da população negra em nosso país, ainda que sua existência fraturada no interior desse sistema seja o exemplo perfeito do ciclo de reprodução social da desigualdade em decorrência da educação (CARNEIRO, 2022).

Em seus diários, em momento anterior ao processo de publicação e grande difusão que vieram a ter posteriormente, Carolina encontrava o espaço seguro



necessário para expressar suas críticas e necessidades, construindo a sua voz e a definindo a si mesma à medida que realizava leituras sociais de grande amplitude. Para a escritora, a sobrevivência se deu por meio da articulação narrativa operada em seus diários, demonstrando vividamente a expressão dos sentimentos de injustiça como artefato de denúncia e autodefinição e ratificando a ideia de que “a capacidade de mulheres negras de elaborar essas expressões individuais – muitas vezes desarticuladas, mas potencialmente poderosas – da consciência cotidiana em um ponto de vista coletivo articulado, autodefinido, é fundamental para nossa sobrevivência” (COLLINS, 2019, p. 84).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a resistência epistêmica a partir da escrita de fronteira que constrói Carolina é lembrar, nas célebres palavras de Conceição Evaristo (2015, p. 99), que “a gente combinamos de não morrer”, mesmo que reiteradamente todo projeto nacional tenha sido constituído a partir do extermínio dos corpos, saberes e valores da população negra de nosso país. Indo além dos estereótipos e imagens de controle impostos às mulheres negras, Carolina fez dos seus “dois anos de grupo” a possibilidade de denúncia visceral que lhe possibilitou vislumbrar a emancipação, a despeito das recorrentes amarras da opressão que sujeitaram sua vida e sua escrita.

De um modo geral, a escrita carolineana nos faz atentar para a necessidade de valorização das experiências vividas a partir da concentração nas necessidades de grupos prejudicados pelas diversas injustiças sociais, como é o seu caso, do quarto de despejo à casa de alvenaria, levando em consideração as análises promovidas pela escritora em suas narrativas. Seguindo o conselho de Gloria Anzaldúa (2000, p. 235, grifos da autora) – “*Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel*” –, Carolina Maria de Jesus se consagrou como uma das mais brilhantes críticas sociais da realidade brasileira, enfrentando todos os espólios da desigualdade a qual relatou.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. (1981). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, ano 8, p. 229-236, 2000. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza / La frontera*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ARAÚJO, Gilberto Alves; PRANDINI, Paola Diniz. Carolina Maria de Jesus para além dos clichês. *Revista da ABPN*, v. 14, n. 41, p. 15-40, jun/ago 2022. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1424> Acesso em 07/08/2023.
- ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* n.11, p. 89-117, Ago. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- CARNEIRO, Sueli. (2002). Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019a, p. 150-184.
- CARNEIRO, Sueli. (1985). Mulheres em movimento. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019b, p. 195-219.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. (1990). *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DANTAS, Audálio. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10ª Ed. São Paulo: Ática, 2019, n.p.
- DIAS, Ayana Moreira. *A escritora por detrás do estereótipo*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Rio de Janeiro, 108p., 2019.



EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365> Acesso m: 07/07/2023

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.

EVARISTO, Conceição; EUNICE, Vera. Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria. *Casa de alvenaria, volume 1*: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 7-23.

EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. *TVBRASIL*, 2017a. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em 22/05/2023.

FERNANDEZ, Raffaella. Nota da organizadora. In: JESUS, Carolina Maria de. *Meu sonho é escrever... Contos inéditos e outros escritos*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019, p. 7-10.

GONZALEZ, Lélia. (1980). Racismo e sexismo no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. (1979). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. (1988). A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c, p. 127-138.

HARTMAN, Saidiya. A sedução e as artimanhas do poder. In: HARTMAN, Saidiya. *A sedução e o ventre do mundo: dois ensaios de Saidiya Hartman*. São Paulo: Crocodilo, 2022, p. 10-120.

JESUS, Carolina Maria de. (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10ª Ed. São Paulo: Ática, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. (1986). *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. (1961). *Casa de alvenaria, volume 2*: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. <https://doi.org/10.1590/%25x>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;



GROSGOUEL, Rámon (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política- *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf)  
Acesso em 07/07/2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Zumbi de *Ngola Djanga* ou de Angola pequena ou de Quilombo dos Palmares In: NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a, p. 95-103.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: do quilombo às favelas. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b, p. 109-119.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021c, p. 55-61.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 116-142.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Coleção Tendências. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

*Recebido em: 18/08/2023*

*Aprovado em: 19/09/2023*